

## **O Inventário Pessoal do Governador Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Pistas para a Carreira e Formação de um Governador do Império Ultramarino Português nos Séculos XVI e XVII<sup>1</sup>**

The Personal Inventory of Governor Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Traces on the Career and Education of a Portuguese Overseas Empire Governor in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries

*Cristina Trindade<sup>2</sup>*

*Rui Carita<sup>3</sup>*

### **Resumo**

Diogo de Azambuja e Melo foi um governador da Madeira de finais do século XVI, cargo com que encerrou uma longa carreira no império ultramarino português, e que ocupou já ao serviço da monarquia dual.

---

<sup>1</sup> Abreviaturas e siglas usadas: ABM: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira; BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa; BNP: Biblioteca Nacional de Paris; cit.: citado; CMF: Câmara Municipal do Funchal; cód.: código; cx.: caixa; doc(s): documento(s); fl(s): fólio(s); IAN/TT: Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; liv(s): livro(s); mss.: manuscrito; p(p): página(s); RG: Registo Geral; t.: tomo; v.: verso; vol.: volume.

<sup>2</sup> Professora do ensino secundário com mestrado e doutoramento em História Moderna. Apesar de trabalhar, preferencialmente, temas de História Religiosa, temática sobre a qual produziu alguns estudos já publicados, tem vindo, mais recentemente, a diversificar âmbitos de intervenção. Nesse sentido, é também investigadora do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa), coordenadora executiva do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* e colaboradora em diversos outros projetos desenvolvidos por aquele centro de estudos. Contacto: trindadeanacristina@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor catedrático aposentado da Universidade da Madeira, onde dá aulas e é assessor para a recuperação de património nos Emiratos Árabes Unidos. É membro do CLEPUL (Universidade de Lisboa), do Instituto de Arqueologia e Paleociências (Universidade Nova de Lisboa), da Comissão de História Militar, da Academia Portuguesa da História, etc. Tem cerca de 50 livros publicados e 200 outras publicações, tendo orientado e arguido teses e participado em júris nas áreas de Património Edificado, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia e Artes Decorativas.

O exercício insular da função teve de dar resposta aos vários problemas que a nova situação política exigia, mas o facto de a Madeira ter sido o seu último posto veio permitir que nele realizasse um inventário revelador não só do seu itinerário geográfico e percurso político, mas também de aspetos curiosos relacionados com a sua formação e interesses.

O referido inventário, longo e discriminado, constitui, assim, um documento singular, porque raro, e um privilegiado posto de observação da vida de um membro da elite administrativa e militar do império.

**Palavras-chave:** Diogo de Azambuja e Melo; Governador; Império, Ilha da Madeira, Inventário.

### **Abstract**

Diogo de Azambuja and Melo was a Madeira governor of the late 16th century, a position with which he ended a long career in the Portuguese overseas empire, and hold already in the service of the dual monarchy.

The insular function exercise had to respond to several issues that the new political situation demanded, but the fact that Madeira had been his last post came to allow him to perform an inventory, that reveals not only of his geographical itinerary and political career but also curious aspects related to his education and interests. The inventory, long and detailed, is thus a unique document, because rare, and a privileged observation post for the life of a member of the administrative and military elite of the empire.

**Keywords:** Diogo de Azambuja e Melo; Governor; Empire; Madeira Island; Inventory.

## **Introdução**

Só muito recentemente o assunto da formação dos quadros superiores do Império Português tem sido objeto de alguma atenção, que se mantém ainda bastante sumária. A atenção preferencial nesta área tem sido dada ao longo dos últimos tempos aos quadros específicos da corte, reis e principais ministros, e, em relação à Madeira, essencialmente, aos quadros eclesiásticos, embora tratados sempre mais propriamente no domínio da Fé que da História. Nesse quadro, os governadores da Madeira têm sido bastante ignorados, até por se tratar de elementos não madeirenses e de passagem, logo sem qualquer enquadramento e conhecimento das especificidades locais, entendendo-se que teriam limitado a sua intervenção ao mínimo possível. Para tal contribuiu a quase inexistência de arquivos dos governadores até aos meados do século XVII, dos quais quase somente possuímos as nomeações na chancelaria régia, em Lisboa, e a quase sempre lacónica tomada de posse no registo geral da Câmara Municipal do Funchal, onde se transcreve a mesma nomeação, sendo muito raros os restantes documentos a respeito dos seus governos.

A escassez da informação sobre a vida e atuação destes governantes esconde, no entanto, uma realidade que de vez em quando entreabre e revela existências aventurosas,

ricas, preenchidas e surpreendentemente cultas como acontece com a de D. Diogo de Azambuja e Melo, chegado ao Arquipélago para o governar em 1591.

A Ilha da Madeira sempre representou um elo fulcral na manutenção do Império Português à escala quase global, pois que, face ao regime de ventos no Atlântico Norte, toda a comunicação da corte portuguesa com os vastos domínios ultramarinos passava, quase que obrigatoriamente, se não pelo porto do Funchal, pelo menos pelo mar à volta da Ilha. E isto acontecia assim para o Brasil, para as costas de África a partir das praças do Sul de Marrocos e para o Oceano Índico. O governador da Madeira era, portanto, um interlocutor privilegiado da corte de Lisboa com os vastos domínios ultramarinos, pelo que a sua nomeação se deveria rodear da máxima cautela. Acrescia ainda que superintendia sobre uma série de outros poderes, como a administração fiscal e a judicial, embora estas também estivessem dependentes de outros órgãos centrais e que, não poucas vezes, colidiam entre si, tal como teria de manter uma atenção muito especial com a sua relação com o prelado diocesano, também de apresentação régia e pago pela fazenda real.

Desde o reinado de D. Manuel que existia uma espécie de escola para os moços fidalgos no Paço da Ribeira, onde se lecionavam aulas de aritmética e cálculo, tal como depois, de ciências náuticas e cosmografia, e ainda de arquitetura militar. Esta aula foi depois mesmo institucionalizada para a educação do príncipe D. Sebastião, de forma a enquadrar a sua formação com elementos da mesma idade. Poucos dados possuímos deste organismo, por certo rudimentar como estrutura de ensino, bem como pouco sabemos da forma como se institucionalizou, verdadeiramente, no século seguinte.

Os efeitos práticos da aprendizagem realizada, no entanto, assomam por vezes, e de forma inesperada, como acontece com o que revela um inventário dos pertences do governador Diogo de Azambuja de Melo (c. 1530-1599), feito no Funchal, pouco tempo antes de falecer, que nos dá uma ideia da bagagem de um governador do Império nos finais do XVI<sup>4</sup>, assinalando os seus principais interesses intelectuais e, muito especialmente, no fundo, as bases da sua formação, que, a atentar no legado bibliográfico que deixou o governador, aponta na direção de ele próprio ter frequentado essa escola.

### **Diogo de Azambuja de Melo (c. 1530-1599)**

O governador Diogo de Azambuja de Melo era filho de António de Azambuja e D. Maria de Castro, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide, e neto

---

<sup>4</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 128-140.

de Diogo de Azambuja (1432-1518), que nos inícios do séc. XVI havia estado na Madeira, «um dos três cavaleiros que escolheu el-Rei D. João II, para se acharem com ele na morte do duque D. Diogo»<sup>5</sup>. O pai, António de Azambuja, tinha sido navegador e teve carta de armas passada em Évora, em fevereiro de 1535, tendo o tio, Jorge de Azambuja, servido na Índia, embora se perdesse na viagem de regresso, e um outro tio homónimo, Diogo de Azambuja, falecido na Índia, em combate, em 1536<sup>6</sup>. Diogo de Azambuja de Melo seguiu assim o exemplo do pai e dos tios, sendo um militar experiente e de uma excepcional ilustração, com bons serviços prestados nas Ilhas do Maluco, onde foi capitão de Tidore e na Índia, como capitão de Columbo, no Ceilão e que, como capitão-mor, estivera no cerco de Goa e de Chaul em 1570<sup>7</sup>. Participou depois em várias operações nas Molucas, sendo capitão dessas Ilhas entre 1578 e 1582, altura em que se teria deslocado ao Perú, como refere depois no seu inventário. Recebeu, mais tarde, com a nomeação para capitão da Ilha da Madeira, os proventos de «uma viagem à China»<sup>8</sup>, com que a Coroa recompensava, através da Casa da Índia, os serviços relevantes prestados naquele estado português.

Diogo de Azambuja de Melo teve provisão do governo da Madeira passada em 23 de maio de 1594 e, a 23 de setembro seguinte, fez profissão na Ordem de Cristo no convento de N.ª Senhora da Luz, em Carnide, onde hoje se encontra o Colégio Militar, cerimónia da qual existe registo nos *Privilégios e Liberdades dos comendadores e cavaleiros da Ordem de Cristo*, com várias peças poéticas em seu louvor<sup>9</sup>, cuja pública forma foi passada em Tomar, a 8 de abril de 1595<sup>10</sup>. Tomou, entretanto, menagem em Lisboa do lugar da Ilha da Madeira, em 3 de janeiro de 1595, e embarcou pouco depois para a Ilha, onde tomou posse a 20 de abril desse mesmo ano de 1595<sup>11</sup>. Em Lisboa deve ter recolhido informações sobre a Ilha da Madeira, pois que veio acompanhado de novo mestre das obras reais, Jerónimo Jorge (c. 1570-1617), que foi nomeado pouco depois do governador prestar menagem em Lisboa e antes do mesmo se deslocar para a Ilha, com patente datada de 10 de fevereiro de 1595<sup>12</sup>. O mestre das obras reais Mateus Fernandes (c. 1520-1597)

---

<sup>5</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas... 1722*, pp. 49-50.

<sup>6</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 125.

<sup>7</sup> CASTILHO, 1573, *Comentário do cerco de Goa e Chaul*, p. 16.

<sup>8</sup> RIBEIRO, 1954, *Registos da Casa da Índia*, p. 300, registos 1264-1265.

<sup>9</sup> BNP, mss., cód. 8171, cit. in PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 126-127.

<sup>10</sup> BNP, mss., cód. 8171, cit. in PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 126-127.

<sup>11</sup> ABM, CMF, RG, t. 3, fl. 215.

<sup>12</sup> IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I*, Doações, liv. 28, fl. 202.

começara a ter dificuldades com os governadores anteriores e os militares castelhanos, em princípio porque aquilo que planeava não pressupunha o conflito alargado em que se entrara com a União Ibérica. Em causa também poderia estar a sua situação de residente e os vários conflitos que depois houve, sendo inclusivamente acusado de simpatizante dos Vimioso, como chegou a referir o conde de Lançarote, D. Agustín de Herrera y Rojas (1537-1598), a 4 de maio de 1583, afirmando que «fora criado da casa de Vimioso»<sup>13</sup>, uma informação que não recolhemos em mais parte alguma.

O novo governador, que se deslocou para o Funchal com uma importante biblioteca de assuntos militares, incluindo livros sobre arquitetura militar, ordenações régias, etc., aspeto de que só nos finais do século seguinte voltamos a ter referência, começou por remodelar os seus serviços, face aos problemas surgidos com os seus antecessores. Optou por diminuir o número de conselheiros militares para três, passando-os à categoria de ajudantes e escalando-os semanalmente para serviço. Estes conselheiros eram os chamados capitães entretenidos, ou seja, que não tinham companhia atribuída, mas recebiam ordenado, ou «Capitães da Sala do Governo», como vêm referidos no *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*<sup>14</sup>. Reuniam-se na Sala do governo da fortaleza apenas quando necessário. O governador podia assim organizar o seu serviço independentemente, para o que nomeou um secretário: Manuel de Amil, como «escrivão e secretário das cousas da guerra»<sup>15</sup>, que já em tempo do governador anterior participava de serviços desta área.

Um dos problemas do governador foi do seu alojamento, pois a fortaleza de S. Lourenço, onde vivia, não dispunha das condições mínimas de conforto, o que obrigava os titulares do cargo de governação a deslocarem-se acompanhados de mobília, como revela a quantidade de bagagem de que se fez acompanhar e que no final da vida fez inventariar. Esta situação, já de si desconfortável, piorava graças à necessidade de coabitar na fortaleza com os soldados do presídio castelhano, sobre os quais, até certo ponto, tinha pouco controlo. Tratava-se de uma guarnição castelhana, com comando castelhano e pagamento pelos dinheiros da coroa de Castela, pelo que a relação com o governador não podia ser absolutamente transparente. Por outro lado, o comandante do presídio correspondia-se diretamente com a corte de Madrid, o que logicamente ainda piorava a situação. A agravar este aspeto havia o de parte dos soldados deste presídio estarem alojados fora da fortaleza, em casas das imediações, pagas pelos dinheiros da fortificação do Funchal. O problema terá sido colocado ao governador pelo anterior tesoureiro da

---

<sup>13</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Guerra y Marina*, legado 145, docs. 150-151.

<sup>14</sup> BNL, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*, fls. 10 e 10v.

<sup>15</sup> ABM, CMF, RG, t. 2, fl. 204.

fortificação, Manuel de Amil, então secretário dos assuntos da guerra. O assunto foi levantado pelo tesoureiro seguinte, que tentou debitar essa despesa diretamente à Câmara do Funchal. O resultado foi uma carta de sentença de Lisboa, de 16 de maio de 1596, favorável à Câmara e contra o tesoureiro das obras da fortificação, então Garcia Mouzinho de Melo, «acerca dos quinhentos mil réis pelo aluguer das casas dos soldados castelhanos»<sup>16</sup>.

O problema já se arrastava há dois anos, tendo sido colocado em relação aos alugueres e reparos a fazer nestas casas e decidido por alvará de 25 de junho de 1594, que seriam pagos dos dois terços do dinheiro da imposição do vinho, aplicados para as obras da fortificação<sup>17</sup>. Dada a falta de liquidez contínua dos dinheiros da fortificação, em 1605 ainda se pagava aos poucos, como se comprova pelos 40\$000 réis entregues ao ourives Domingos Barbosa, «procurador bastante» de Sebastião da Silva, «das casas e chãos que lhe tomaram no quartel donde pousaram os soldados, por mandado do Governador e autos de diligências», parte do montante «dos quinhentos mil réis aplicados às casas»<sup>18</sup>.

A base da sentença do bispo-governador, que pensamos ser D. Pedro de Castilho (c. 1540-1615), que fora bispo de Angra e era, desde 1583, de Leiria, foi a carta de Filipe II, de junho de 1596, em que mandava que do dinheiro da fortificação se pagasse aos quatro capitães da Ilha, bem como aos três bombardeiros. Assim, tendo os capitães 80\$000 réis cada e os bombardeiros 36\$000 réis, perfazia-se a quantia de 428\$000 réis cada ano, «pelo que ainda fica muito para a fortificação»<sup>19</sup>, o que não seria bem verdade, pelo que o governador da Madeira tinha então mandado à Câmara a explicar a situação o sargento-mor Roque Borges de Sousa (c. 1550-1610)<sup>20</sup>, que compareceu à sessão de 23 de setembro de 1596. Foi então explicada a «necessidade de fortificar a cidade conforme as traças d'El-Rei e que para isso havia falta de dinheiro e que o da fortificação se consumia com as casas dos soldados e com os capitães entretenidos», propondo-se que ou «se recolham os soldados na fortaleza ou se pagavam as casas da fazenda real e o mesmo se tinha nos capitães entretenidos». Os vereadores concordaram, assegurando «que escreveriam a Sua Majestade sobre isso»<sup>21</sup>. Mas tudo ficou na mesma, voltando os vereadores a reunirem-se no ano seguinte, a 21 de agosto de 1597, para analisar

<sup>16</sup> ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 232-238.

<sup>17</sup> ABM, CMF, tomo velho, fls. 147-147v.; t. 3, fls. 212-212v.; e avulsos, maço 2, doc. 232.

<sup>18</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

<sup>19</sup> ABM, CMF, avulsos, cx. 2, docs. 236-237.

<sup>20</sup> IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 28, fl. 189v.; IAN/TT, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, liv. 693, fl. 13v.

<sup>21</sup> ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1312, fl. 60v.

a necessidade de «os soldados virem morar para a fortaleza»<sup>22</sup>, tendo o Governador de ir então pessoalmente à Câmara, a 25 de setembro seguinte, para pedir dinheiro para «acabar a fortaleza que estava aberta»<sup>23</sup>, ou seja o futuro baluarte do Castanheiro. O assunto, no entanto, arrastou-se pelos anos seguintes.

Os problemas de defesa atravessaram assim todo o governo de Diogo de Azambuja de Melo, pois logo nos finais de março de 1595, quando ainda estava em Lisboa, ocorrera mais um ataque inglês aos arquipélagos atlânticos, com um sucesso pouco evidente, pese embora o facto de terem sido atacadas povoações nas Canárias e ter sido saqueado o Porto Santo por uma nau sob o comando do capitão Amyas Preston<sup>24</sup>. Os moradores daquela Ilha ainda se tentaram opor à pilhagem, mas impotentes para suster os ingleses, acabaram por fugir para o reduto do Pico do Castelo, tendo a vila sido incendiada, como tributo de honra pelos ferimentos sofridos por alguns dos invasores. Saliente-se que o móbil não foi propriamente o saque, como se depreende da descrição de um dos elementos da expedição, mas pura e simplesmente a ação de força e a destruição, com que achavam ganhar muita honra<sup>25</sup>. A Madeira foi, assim, mais ou menos poupada nestes anos à pilhagem inglesa, o que não aconteceu, por exemplo, com os Açores, as Canárias, Cabo Verde e até o Brasil, mas a hipótese de um assédio era preocupação constante.

Em setembro de 1598, na sequência dos prováveis trabalhos de Manuel Bocarro de 1591, no tempo do governador D. António Pereira (c. 1550-c. 1614) tentou o governador Diogo de Azambuja de Melo montar uma fundição de canhões no Funchal, para fazer face à dificuldade de armamento pesado que se fazia sentir. Não fazemos ideia das dimensões e localização da fundição em causa, ainda que se tenha por certo não ser capaz de fundir grandes armas. As primeiras informações de que dispomos datam de setembro de 1598, quando se pagou 37\$500 a Sebastião Fernandes, «vizinho de Lisboa», «do frete do barro que trouxe para a fundição»<sup>26</sup>. O forno estaria pronto em 1599, quando Pero Fernandes, «fundidor de artilharia», recebeu 4\$000 «para ajuda de fazer o forno em que fundiu o almofariz de refinar pólvora»<sup>27</sup>. Entretanto tinham-se adquirido 2\$000 de «cobre para cinco carregadores (?) das cinco peças novas»<sup>28</sup>. Em meados de 1599 pagou-se mais \$500 «duma barcada

<sup>22</sup> ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1312, fl. 140v.

<sup>23</sup> ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1313, fls. 44-45.

<sup>24</sup> DAVIE, 1959, «Robert Davie's account of Preston's voyage», pp. 381-383.

<sup>25</sup> CARITA e CASTILHO, 1995, «O saque inglês de 1595 ao Porto Santo», pp. 83-87.

<sup>26</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fls. 13v. e 15.

<sup>27</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

<sup>28</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

de lenha» e «quinze sacos de carvão que se gastaram na fundição», vindo ainda nesse ano mais barro<sup>29</sup>.

Nestes finais de 1599 ainda ordenou o governador Diogo de Azambuja de Melo que se fizessem peças de artilharia, adquirindo-se 85\$060 de cobre ao comerciante flamengo Jacques Rodrigues de Lange e pelo que mais tarde foi paga a verba de 32\$929 a Jorge Martins, «de ajudar a fundir (...) as peças de artilharia»<sup>30</sup>. Já na vigência de D. Luís Figueiredo de Lemos (1566-1629), «Bispo, capitão-mor»<sup>31</sup>, em 1603 se pagou também ao fundidor Pero Fernandes 2\$000, «de uma culatra que botou em uma peça de artilharia»<sup>32</sup>, mas não existem depois mais referências à fundição de artilharia do Funchal, só voltando a aparecer em 1797, quando se montou um forno para balas no então Forte Novo de S. Pedro.

Não havendo fundos para acabar definitivamente as grandes obras de fortificação do Funchal, o governador foi determinando pequenos trabalhos, na previsão do que viria a acontecer mais tarde. Assim e antes de terminado o baluarte-cavaleiro de S. Lourenço, depois denominado baluarte do Castanheiro, onde se encontra o Museu Militar da Madeira, trabalho nessa altura interrompido e só recomeçado em 1609, mandou o governador adquirir uma grande pedra de moinho a João Berte de Almeida, para serem lavradas as armas com que seria encimada a obra. A «pedra que lhe foi tomada do seu engenho para as armas que se lavraram para a Fortaleza» foi paga depois, em setembro de 1601 por 4\$000 réis<sup>33</sup>. O licenciado João Berte de Almeida vendera o seu engenho de açúcar da ribeira de Santa Luzia a Pedro Gonçalves da Câmara, que fora proprietário das Casas das Cruzes, por escritura assinada a 11 de setembro de 1600 e pelo alto preço de 700\$000 réis. A pedra teria sido tomada assim antes dessa data, pois o engenho foi vendido «com todas suas entradas e saídas, logradouros, pertenças, serventias, direitos, posições que lhe diretamente pertençam e venham a pertencer». Era então «livre e desembargado de foro, ou pensão, e fora de toda a outra obrigação e hipoteca, somente devendo o dízimo a Deus»<sup>34</sup>. Trata-se com certeza do grande brasão de armas que encima o baluarte do Castanheiro, recolocado no lugar em junho de 1993, peça inédita em Portugal, pois os reis de Castela sempre usaram aqui as armas nacionais. O governador Diogo de Azambuja de Melo, provavelmente, possuindo um desenho das armas castelhanas, num esmero exagerado, mandou comprar a mó de

<sup>29</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fls. 16-16v.

<sup>30</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 20v.

<sup>31</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 31.

<sup>32</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 31.

<sup>33</sup> ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 38v.

<sup>34</sup> ABM, *Misericórdia do Funchal*, liv. 40, fls. 49-58.



moinho, para melhor entalhar o conjunto envolvido pela ordem do Tosão de Ouro. Mais tarde, em 1640, picaram-se as armas de Castela e colaram-se em cima as Nacionais, em cantaria do Porto Santo. No entanto, ficou o colar do Tosão de Ouro e a coroa de Castela a lembrar as armas anteriores. Apeadas para amputação do cunhal do baluarte nas obras da Avenida Arriaga, em 1916, regressaram ao seu local em julho de 1993.

Os últimos anos do governo de Filipe II (1527-1598), com a nomeação dos governadores (1593-1599) e com os anteriores desastres da Invencível Armada (1588) e da armada de socorro de Cádiz, saqueada em 1596, foram calamitosos para Portugal, acabando com o pouco que restava do poderio naval português. A situação atlântica de Portugal representava a primeira linha de defesa da Península Ibérica de Filipe de Habsburgo, situando-se aqui os principais alvos dos seus inimigos, que se refletiram nas nossas pessoas e bens, acabando Portugal por ser uma das principais vítimas da política imperialista do monarca, situação que se estendeu a todo o ultramar português. A 13 de setembro de 1598 morria no seu mosteiro/palácio do Escorial, Filipe de Habsburgo, I de Portugal e II de Castela, não deixando muitas saudades, embora se tenha de reconhecer um certo tacto administrativo no seu reinado, infelizmente arruinado com estes últimos desastres. Em meados de outubro de 1599 faleceu no Funchal o governador Diogo de Azambuja de Melo, pelo que a 31 desse mês se efetuaram eleições na Câmara Municipal do Funchal. Nesta eleição entraram o bispo, D. Luís Figueiredo de Lemos, o desembargador Dr. José Lobo, que aqui estava desde o 1.º de janeiro desse ano<sup>35</sup>, e a vereação camarária, «fidalgos, gente da governança e capitães (...)»<sup>36</sup>. A eleição do prelado para substituir o governador seria norma local a partir dessa data, embora só viesse a ser oficialmente instituída na 2.ª metade do séc. XVIII.

### **Bagagem de um Capitão Português da Segunda Metade do Séc. XVI**

O largo inventário mandado fazer por Diogo de Azambuja de Melo, por 25 de setembro de 1599, data referida no mesmo ao abordar as 11 chaves das várias embalagens que nesse dia deu ao seu secretário Duarte de Melo, um mês antes de falecer, o que leva a crer que nessa altura deveria estar a aguardar ordem para regressar a Lisboa, é uma grata surpresa na medida em que fornece pistas interessantes para avaliar o percurso, cuidado e cultura, de pelo menos este governador da Madeira. O inventário, hoje na

<sup>35</sup> ABM, CMF, Vereações, liv. 1314, fl. 2; ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 244v.-245.

<sup>36</sup> ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 45-47.

documentação da Santa Casa da Misericórdia de Évora, mal escrito e ortografado<sup>37</sup>, não é de fácil leitura nem interpretação, pois foi feito de acordo com a distribuição dos livros, objetos, instrumentos, etc., pelo espaço disponível nas várias caixas, cofres, quartos de barril, etc., à medida que estes iam sendo embarcados e por alguém que não sabia bem o que estava a escrever, parecendo ter sido ditado. Acresce ser uma cópia mandada fazer no Funchal, perante o juiz ordinário da Câmara Diogo Pereira da Silva, por João Vaz Mendes, «estante nesta cidade», a pedido do mesmo, «de uns papéis e itens de coisas que o capitão geral desta Ilha Diogo de Azambuja de Melo, já defunto, mandara daqui para a cidade de Lisboa por Duarte de Melo», a 22 de agosto de 1600<sup>38</sup>, podendo inclusivamente deduzir-se que Duarte de Melo seguira com aquele material antes do falecimento do governador. A responsabilidade aqui cometida a Duarte de Melo está em linha com aquilo que parecem ter sido as relações entre os dois homens, caracterizadas por grande confiança do governador na pessoa do secretário, pois não só transportava bens dele em conjunto com os seus, mas ainda lhe confiava papéis em branco e assinados, a fim de que, em Lisboa, escrevesse por ele ao rei, ou aos governadores, sobre assuntos de serviço relativos ao seu regresso ao reino. Como secretário que era, a Duarte de Melo competia, ainda, escrever as cartas que o governador enviava para o continente, e que se destinavam, como adiante melhor se verá, aos mais altos dignitários do país, o que também é demonstrativo da intimidade existente entre os dois.

A biblioteca e arquivo que seguiram para Lisboa eram verdadeiramente fantásticos para a época<sup>39</sup>, pois deixam entrever que o velho governador teria frequentado as lendárias Aulas do Paço, ou Aulas dos Moços Fidalgos e a Aula da Esfera do Dr. Pedro Nunes (1502-1578), dado incluir a bibliografia, que de uma ou outra forma, aparece citada nessas aulas<sup>40</sup>. Menciona-se, assim, um volume do *Tratado da Esfera* «em pergaminho branco», do Doutor Pedro Nunes (1502-1578), de que há várias versões a partir de 1537, tal como um *Reportório*, também em «pergaminho branco», que pensamos que seja o de Jerónimo Chaves, editado em 1572, ou de André Aguiar, que sucedeu na cátedra de Coimbra a Pedro Nunes, mais completo e de 1585, e a *Navegação e compêndio da esfera*, de Martín Cortés de Albarca (1510-1582), que devia ser uma tradução, pois que a obra original é *Breve compendio de la Sphera y de la Arte de navegar, con nuevos instrumentos*

<sup>37</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 127.

<sup>38</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 127.

<sup>39</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 128-140.

<sup>40</sup> *Sphaera Mundi*, 2008.

y reglas, ejemplarizado con muy sutiles demostraciones, Sevilha, de 1551, um livro inglês de navegação, etc. Aliás, entre os seus instrumentos figuravam vários globos terrestres, inúmera cartografia, balestilhas, astrolábios, agulhas de marear, níveis, prumos, etc., parafernália que atesta bem as competências também de navegação de Diogo Azambuja. De salientar aqui a atualidade de todos estes volumes, publicados havia pouco tempo, o que comprova o interesse com que o governador seguia este tipo de assuntos, alguns ligados a necessidades de informação decorrentes da sua atividade governativa, sobretudo no Oriente, mas outros mais imediatamente relacionados com um espírito curioso que gostava de aprofundar conhecimentos na área da Matemática, por exemplo.

Tratando-se da biblioteca de um governador faz sentido que nela se encontrem suportes legislativos, o que, neste caso, acontece com «o primeiro livro das ordenações portuguesas», talvez as de D. Manuel I (1469-1521) de 1514, tal como «as ordenações de Castela em tábuas pardas, em uso muito grande» e «As Ordenações de Portugal em pergaminho branco», cópia que deve ter arranjado no Desembargo do Paço, mas não devendo ser as ordenações sebásticas que não teriam esse título, sendo por certo as Filipinas, mandadas coligir por 1590 e sancionadas em 1595, embora só publicadas em 1603, mas de que já circulavam cópias. No elenco constam ainda dois volumes da *Regra da Ordem de Cristo*, talvez o volume editado em 1504, ou uma cópia com as alterações introduzidas por D. João III (1502-1557), em 1529, o que se explicará pelo facto de o governador se ter tornado cavaleiro daquela Ordem em 1594. Existem depois inúmeros livros de carácter militar, *Regimento de Milícia*, de Bernardino Roqua, que não identificámos, tal como o *Tratado dos Esquadrões*, a *Fortificação* de Girolamo Cataneo (c. 1520-1584), talvez a edição de Brescia, de 1567, *Da Arquiteura* de Leão Bautista Alberti (1404-1472), que pensamos ser *De Re Aedificatoria*, com inúmeras edições, *Arquitetura Militar* de Pietro Cataneo (1510-1574), provavelmente a edição de Veneza, de 1554, *As Duas Regras da Perspetiva*, etc.

O conjunto de livros e manuscritos refere também outro tipo de livros ainda mais técnicos, como a *Geometria* de Euclides, um *Manual do Contador*, *Livro das Quatro Regras da Aritmética*, etc., mas também um bom acervo de obras mais literárias entre as quais se contam os sonetos de Petrarca (1304-1374), a cuja leitura servia, julgamos, o dicionário de italiano que o governador também tinha, o *Livro Segundo* de Cícero (106.a.C-46-a.C.), que deve ser uma tradução de *De Legibus (Das Leis)*, *Os Comentários* de Caio Júlio César (100 a.C-44 a.C.), ou seja, uma cópia, em princípio, dos *Commentarii de Bello Gallico*. A presença de várias obras de História também contribui para que se acrescente este tema àqueles que interessavam o governador, e essa afinidade pode documentar-se através da presença no espólio do governante de *A Republica dos*

*Venezianos, La Araucana*, de Alonso de Ercilla (1533-1594), que versa a guerra que, na América do Sul, se deu entre espanhóis e mapuches ou araucanos, um livro sobre os oito maiores imperadores turcos, e, ainda, uma História Cesárea. Outro aspeto que chama a atenção e que releva da listagem bibliográfica de Diogo de Azambuja é o facto de nela constarem livros em inglês, como acontece com um «livro em inglês de navegação, em pergaminho», ou francês, de que é exemplo «um livro francês de cavalaria», o que, aparentemente, torna o governador capaz de ler naquelas línguas, uma vez que, ao contrário do que acontece para o italiano, em que se socorre de um dicionário, não há indicações desse tipo de auxiliares para as duas línguas em questão. A fechar o capítulo bibliográfico e imagético registam-se ainda uma série de pinturas e livros de arte e de viagens, como, claro, inúmeros livros religiosos.

Apesar de todos estes registos de exemplares, há, porém, alguns que brilham pela ausência como acontece com os livros dessa época sobre os feitos portugueses no Oriente, como o *Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de MDLXX*, no tempo do vice-rei D. Luís de Ataíde (1517-1580), do cronista António de Castilho (c. 1525-1593), editado em 1573, onde o governador aparece citado.

O conjunto de manuscritos era ainda mais numeroso, com atados de cartas, desde as que recebera ainda no Maluco, incluindo as oficiais de governação, como cópias das cartas que escrevera ao rei, ao conde de Portalegre, ao arcebispo, ao conde meirinho-mor, ao conde de Santa Cruz, aos secretários Miguel de Moura, Diogo Velho, Cristóvão Soares, etc. Este lote de personalidades com quem se correspondia o governador, e no qual figuram, para além do rei, os cinco membros do Conselho que governou Portugal após a morte do cardeal Alberto de Áustria, a saber o conde de Portalegre, D. João da Silva, o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (1536-1635), o conde meirinho-mor, D. Duarte de Castelo Branco, a quem Filipe II fez conde de Sabugal em 1582, o conde de Santa Cruz, título atribuído pelo rei a D. Francisco de Mascarenhas e, finalmente, Miguel de Moura, que depois de uma boa carreira ao serviço da monarquia portuguesa, foi elevado por Filipe II ao lugar de escrivão da puridade, mostram um Diogo de Azambuja muito bem integrado na monarquia dual e com acesso direto aos seus mais altos representantes tanto em Portugal como em Espanha.

Mas as relações epistolares de Diogo de Azambuja não se estabelecem numa direção apenas vertical, no sentido em que as cartas se destinavam a personalidades que lhe eram hierarquicamente superiores. De um plano mais horizontal, mais interpares, também se conservam registos, nomeadamente os que atestam a receção de cartas de Jerónimo de Almeida, capitão general de Angola entre 1593 e 1594, que tratavam assuntos que tinham que ver com Estevão da Gama (c. 1505-1576), filho de Vasco da Gama, e governador da Índia de 1540 a 1542.

Na lista dos correspondentes não se encontram, no entanto, apenas figuras de relevância política, o que se demonstra pelo facto de o governador também ter ligação epistológrafa com frei Nicolau Coelho, um cientista, contemporâneo de Pedro Nunes e seu substituto eventual nas aulas de Matemática da Universidade de Coimbra. Esta ligação vem pôr em evidência que, para além das suas funções de governo, Diogo de Azambuja estava genuinamente interessado em assuntos da área do conhecimento científico, pelo que a ampla biblioteca que possuía sobre a temática transcendia, com certeza, um carácter meramente utilitário e se destinava a satisfazer uma curiosidade pessoal que era independente de questões profissionais. Para além de todo este importante acervo de cartas cuidadosamente guardadas, Diogo de Azambuja também se correspondia com a família, nomeadamente com a mãe e com a mulher, D. Guiomar, e essas missivas, de índole muito pessoal, tinham para ele importância suficiente para serem inventariáveis. Na área do registo escrito, mas agora já não sob a forma de carta, o governador conservava documentos significativos para a sua vida, na medida em que ou documentavam os diversos patamares da carreira, como alguns que vieram de Maluco e continham a procuração do governador, ou testemunhavam episódios menos simpáticos como o que atestava as diferenças que tivera com «o torto de Duarte Pereira» em Maluco, ou as relações com o «traidor alferes Clemente». Outros papéis reportavam a questões de pagamentos que o rei lhe deveria fazer, o que, a crer no testemunho de Gabriel Pereira, que afirma ter o governador despendido no serviço do rei «incríveis somas de dinheiro de que não teve satisfação», acabaria por nunca acontecer. A exaustiva presença desta correspondência das mais diversas origens, destinatários e fins acaba por revelar uma faceta do governador que o mostra como um homem cuidadoso e organizado, com uma longa carreira já cumprida, cujas marcas eram meticulosamente conservadas.

Havia ainda informações pessoais sobre a Madeira, que recolhera em pequenos livros, tal como outro material referente à sua governação, inclusivamente cópias dos contratos da venda dos bens de Fernão Gonçalves da Câmara ao Colégio dos Jesuítas, em que entrava a chamada Quinta Grande.

O inventário inclui ainda o mobiliário pessoal, como a cama do governador, que parece ter sido desmanchada para ir para Lisboa, tal como a do seu secretário Melo, uma série de cadeiras e móveis com gavetas, havendo referências a móveis da Flandres e a coisas vindas da Índia, tal como uma grande quantidade de pratos em estanho. O elencar deste mobiliário, acompanhado de outros bens de apetrechamento doméstico, como sejam cortinas, ainda que gastas, um número razoável de quadros, candelabros ou uma toalha de linho da China, mostram, por outro lado, o desconforto absoluto das instalações que a Madeira disponibilizava aos seus governadores, nas

quais tudo faltava, obrigando os titulares a suprirem, a expensas e trabalhos próprios, as carências com que se deparavam.

Curiosamente, não há qualquer alusão a porcelanas da China, sendo a única menção àquele território feita a propósito da já referida toalha de linho. Havia ainda um retábulo, várias pinturas religiosas, rosários, alguns incompletos, e com a indicação de serem feitos de sementes do Perú, um realejo, este algo complexo, com os foles do órgão de chumbo, com encerados, alamares brancos e que era forrado interiormente por baeta verde, seguindo tudo no cofre da Flandres. Para Lisboa seguiu também a cadeirinha, com as suas varandas e cortinas, na qual o governador se devia deslocar para visitas mais oficiais, com a indicação que seria para dar ao padre frei Cristóvão. Discrimina-se ainda no inventário um enorme conjunto de vestes de cerimónia, umas dadas como mais usadas, e armas de aparato, com adereços em prata, tal como um quase incontável conjunto de tecidos de centenas de varas dos mais diversos panos. A descrição bastante circunstanciada das diversas vestimentas permite surpreender um nobre que tinha perfeita consciência do seu estatuto e que se sabia vestir para as ocasiões, mas também um indivíduo que não se eximia de inventariar «duas gualteiras de seda muito velhas» ou um «bentinho velho», ou, ainda, «uns calções do mesmo veludo lavrado preto, tudo velho», num apontamento que pode denotar um elevado espírito de poupança, ou uma situação que não seria de grande desafogo económico, ou até as duas coisas em simultâneo. Os cuidados que o vestuário lhe merecia são, ainda, testemunhados pelo facto de, no conjunto dos bens arrolados, figurar uma conta de alfaiate, único item do género, a sublinhar, talvez, as despesas mais avultadas que o governador realizava com aquele lado particular da sua vida.

Um dos atados de cartas era de D. Guiomar Pereira, sempre assim mencionada e à qual deveriam ser entregues algumas das varas de tecidos. D. Diogo de Azambuja contraíra matrimónio com esta senhora, já em idade avançada<sup>41</sup>, sendo a mesma filha de Jácome Pereira de Melo e já anteriormente casada quatro vezes, com a qual, em princípio, não esperava vir a fazer vida em comum, dado ter professado na Ordem de Cristo. Apesar disso, o governador trata-a sempre com deferência, destinando-lhe de forma inequívoca alguns dos tecidos que o acompanhavam, nomeadamente 26 côvados de um tecido grosso, de lã, e 66 pares de peles de coelho.

Em 1601 ou 1602, D. Guiomar, cinco vezes viúva, ainda viria a contrair matrimónio com o antigo governador Tristão Vaz da Veiga (1537-1604). Não temos muito mais informações de D. Guiomar Pereira, tudo levando a crer que os seus casamentos se teriam

---

<sup>41</sup> PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 126.

realizado por estrita conveniência das famílias envolvidas e de forma a partilhar os bens, como era o caso dos remanescentes dos antigos governadores da Madeira.

Na extensa listagem de bens é possível surpreender alguns que permitem um vislumbre de aspetos mais privados da vida do governador, como acontece com a menção de um conjunto de penas de pavão, para limpar o pó, ou uma forma de madeira do seu pé, que trouxera de Maluco e que se usava para molde de calçado.

Em artigo dedicado à formação intelectual das elites coloniais, Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos<sup>42</sup> afirmam que, no que toca a abordagens que permitam esclarecer o âmbito dos conhecimentos dos membros daquelas elites, a «cultura material e cultura intelectual podem ser lidas conjuntamente, ou a cultura intelectual também pode ser decifrada a partir da cultura material», e este singular inventário dos bens de um governador do Império testemunha bem as duas vertentes da cultura que a autora refere. O arrolamento dos bens de Diogo de Azambuja permite, de facto, estabelecer com segurança qual o património intelectual de que dispunha o governante, que aqui se revela como um homem singularmente informado e muito atualizado no que toca a aspetos técnicos e científicos do seu tempo e da sua profissão. Por outro lado, porém, e ainda dentro da vertente não material da sua vida, constata-se a existência de um outro conjunto de publicações que satisfazia necessidades diferentes: as da fruição literária propriamente dita, representada por poetas, filósofos, e outras figuras relevantes da Antiguidade ou do Renascimento italiano, e a religiosa, porque as obras de sermões, orações, vidas de santos, pontificam igualmente no espólio. Assim, e deste ponto de vista, a imagem que emerge de Diogo de Azambuja é claramente um homem do seu tempo, uma figura do Renascimento, com interesses diversificados que procurava satisfazer.

Se se considerar, agora, o que o inventário revela da materialidade da sua existência, deparamo-nos com um indivíduo que não descurava a apresentação, mas que igualmente se preocupava com aspetos comezinhos do quotidiano, como sejam a posse de inúmeras peças de tecidos diversos, as mobílias e outros bens da esfera da domesticidade – pratos, cobertores, cortinas, ou, ainda, num patamar inferior, a preocupação com tarefas tão insignificantes como a de limpar o pó.

Diogo de Azambuja revela-se, portanto, do seu inventário, como um homem que cuidava de todos os pormenores tanto da sua vida institucional, como da de crente, como, ainda, da que respeitava a um viver do dia-a-dia, e esta imagem contribui, sem dúvida, para um esclarecimento raro e abrangente daquelas que eram as preocupações de um membro esclarecido da governança do Império.

---

<sup>42</sup> XAVIER e SANTOS, «Cultura Intelectual das Elites Coloniais», p. 23.

## Manuscritos Citados

- Arquivo Geral de Simancas, *Guerra y Marina*, legado 145.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, avulsos, cx. 2.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, n/class.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Registo Geral*, tomo velho, t. 2 e t. 3.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Vereações*, livs. 1312-1314.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, *Misericórdia do Funchal*, liv. 40.
- Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Filipe I*, Doações, liv. 28.
- Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, liv. 693.
- Biblioteca Nacional de Lisboa, *Reservados*, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*, 1775.
- Biblioteca Nacional de Paris, *Manuscritos portugueses*, cód. 8171, *Privilégios e Liberdades dos comendadores e cavaleiros da Ordem de Cristo*.

## Bibliografia Consultada

- CARITA, Rui, 1991, *História da Madeira, A crise da 2.ª metade do Séc. XVI (1566-1600)*, II vol., Funchal, SRE.
- CARITA, Rui e CASTILHO, José, 1995, «O saque inglês de 1595 ao Porto Santo», in *Islenha*, n.º 16, Funchal, DRAC, pp. 83-87.
- CASTILHO, António de, 1573, *Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de MDLXX, Viso Rey Dom Luis de Ataide, scripto por Antonio de Castilho, Guarda mor da torre do Tombo, por mandado del Rey nosso Senhor*, Lisboa, Antonio Gonçalves.
- DAVIE, Robert, 1959, «Robert Davie's account of Preston's voyage», in *Privateering Voyages to the West Indies, 1588-1595*, Cambridge, ed. Denneth K. Andrews to Hakluyt Society, University Press, pp. 381-383.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas... 1722*, Funchal, SRTC/CEHA.



- PEREIRA, Gabriel, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», in *Estudos Eborenses*, 3.º vol., Évora, edições Nazareth, pp. 115-140.
- RIBEIRO, Luciano, 1954, *Registos da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, 2008, textos de Jorge Couto e outros, catálogo de exposição realizada entre 21 de fevereiro a 31 de abril de 2008, Lisboa, BNP.
- XAVIER, Ângela Barreto e SANTOS, Catarina Madeira, 2007, «Cultura Intelectual das Elites Coloniais», in *Revista de História das Ideias*, n.º 24, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, pp. 9-33.

